

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	15
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	41
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	42
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	43
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	45
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	46
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	47

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.504.967
Preferenciais	0
Total	12.504.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	175.738	126.022
1.01	Ativo Circulante	11.337	14.232
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.256	11.708
1.01.03	Contas a Receber	306	261
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	306	261
1.01.06	Tributos a Recuperar	67	67
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	67	67
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.708	2.196
1.01.08.03	Outros	5.708	2.196
1.02	Ativo Não Circulante	164.401	111.790
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	114.721	60.905
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.385	2.385
1.02.01.07.02	Impostos a Recuperar	2.385	2.385
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	77.418	46.369
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	77.418	46.369
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	34.918	12.151
1.02.01.10.03	Depósitos e Cauções	34.918	12.151
1.02.03	Imobilizado	49.586	50.791
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	49.586	50.791
1.02.04	Intangível	94	94
1.02.04.01	Intangíveis	94	94
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	94	94

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	175.738	126.022
2.01	Passivo Circulante	421.972	421.925
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.221	2.676
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.221	2.676
2.01.02	Fornecedores	4.488	7.005
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.488	7.005
2.01.03	Obrigações Fiscais	412.948	409.697
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	347.276	347.276
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	347.276	347.276
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	23.605	21.037
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	42.067	41.384
2.01.05	Outras Obrigações	1.315	2.547
2.01.05.02	Outros	1.315	2.547
2.01.05.02.04	Outras Obrigações a Pagar	1.315	2.547
2.02	Passivo Não Circulante	779.764	692.657
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	524.557	529.092
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	524.557	529.092
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	524.557	529.092
2.02.02	Outras Obrigações	63.226	62.144
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	63.226	62.144
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	63.226	62.144
2.02.04	Provisões	191.981	101.421
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	191.981	101.421
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	190.792	100.232
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.189	1.189
2.03	Patrimônio Líquido	-1.025.998	-988.560
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000
2.03.04	Reservas de Lucros	438	438
2.03.04.01	Reserva Legal	438	438
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.067.436	-1.029.998

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.537	2.858	1.090	2.523
3.03	Resultado Bruto	1.537	2.858	1.090	2.523
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.718	-37.539	-16.066	-19.992
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.859	-66.251	-15.299	-18.611
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.515	29.784	906	983
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-374	-1.072	-1.673	-2.364
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.181	-34.681	-14.976	-17.469
3.06	Resultado Financeiro	-1.055	-2.757	-6.552	-12.829
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.055	-2.757	-6.552	-12.829
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.236	-37.438	-21.528	-30.298
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.236	-37.438	-21.528	-30.298
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.236	-37.438	-21.528	-30.298
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,7386	-2,9939	-1,7217	-2,4229

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.236	-37.438	-21.528	-30.298
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.236	-37.438	-21.528	-30.298

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-37.438	-30.298
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.284	-9.067
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.154	-21.231
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	30.986	30.348
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.452	50
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.708	98
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.256	148

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	438	-1.029.998	0	-988.560
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	438	-1.029.998	0	-988.560
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.438	0	-37.438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.438	0	-37.438
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	438	-1.067.436	0	-1.025.998

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	438	-945.184	0	-903.746
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	438	-945.184	0	-903.746
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.298	0	-30.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.298	0	-30.298
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	438	-975.482	0	-934.044

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	124.915	3.807
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.991	2.824
7.01.02	Outras Receitas	121.924	983
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.690	-16.249
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-301
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63.690	-15.948
7.03	Valor Adicionado Bruto	61.225	-12.442
7.04	Retenções	-1.205	-904
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.205	-904
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	60.020	-13.346
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-520	189
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.072	-2.364
7.06.02	Receitas Financeiras	552	2.553
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.500	-13.157
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.500	-13.157
7.08.01	Pessoal	1.488	1.358
7.08.01.01	Remuneração Direta	686	706
7.08.01.02	Benefícios	50	403
7.08.01.03	F.G.T.S.	258	57
7.08.01.04	Outros	494	192
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	92.140	401
7.08.02.01	Federais	92.129	0
7.08.02.03	Municipais	11	401
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.309	15.382
7.08.03.01	Juros	3.309	15.382
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-37.437	-30.298
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-37.437	-30.298

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	129.342	79.697
1.01	Ativo Circulante	11.436	14.246
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.256	11.708
1.01.03	Contas a Receber	306	261
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	306	261
1.01.04	Estoques	7	7
1.01.06	Tributos a Recuperar	67	67
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	67	67
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.800	2.203
1.01.08.03	Outros	5.800	2.203
1.02	Ativo Não Circulante	117.906	65.451
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.325	14.566
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.385	2.385
1.02.01.07.02	Impostos a Recuperar	2.385	2.385
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	-8	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	-8	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	34.948	12.181
1.02.01.10.03	Depósitos e Cauções	34.948	12.181
1.02.02	Investimentos	30.000	0
1.02.02.01	Participações Societárias	30.000	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	30.000	0
1.02.03	Imobilizado	50.487	50.791
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	49.586	50.791
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	901	0
1.02.04	Intangível	94	94
1.02.04.01	Intangíveis	94	94
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	94	94

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	129.342	79.697
2.01	Passivo Circulante	427.980	427.737
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.413	4.834
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.413	4.834
2.01.02	Fornecedores	6.238	8.775
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.238	8.775
2.01.03	Obrigações Fiscais	414.755	411.536
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	347.276	347.068
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	347.276	347.068
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25.412	23.283
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	42.067	41.185
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	151	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.423	2.592
2.01.05.02	Outros	1.423	2.592
2.01.05.02.04	Outras Obrigações a Pagar	1.423	2.592
2.02	Passivo Não Circulante	727.360	640.520
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	524.557	529.092
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	524.557	529.092
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	524.557	529.092
2.02.02	Outras Obrigações	778	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	778	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	778	0
2.02.04	Provisões	202.025	111.428
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	202.025	111.428
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	198.396	107.799
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.629	3.629
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.025.998	-988.560
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000
2.03.04	Reservas de Lucros	438	438
2.03.04.01	Reserva Legal	438	438
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.067.436	-1.029.998

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.537	2.858	1.090	2.524
3.03	Resultado Bruto	1.537	2.858	1.090	2.524
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.628	-37.013	-14.849	-18.389
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.144	-66.798	-15.762	-19.385
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.516	29.785	913	996
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.091	-34.155	-13.759	-15.865
3.06	Resultado Financeiro	-1.144	-3.282	-7.769	-14.433
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.144	-3.282	-7.769	-14.433
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.235	-37.437	-21.528	-30.298
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.235	-37.437	-21.528	-30.298
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-9.235	-37.437	-21.528	-30.298
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.235	-37.437	-21.528	-30.298
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,7386	2,9939	-1,7217	-2,4229

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-9.235	-37.437	-21.528	-30.298
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-9.235	-37.437	-21.528	-30.298
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-9.235	-37.437	-21.528	-30.298

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-37.438	-30.298
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	349	-3.383
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.787	-26.915
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	30.987	30.348
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.451	50
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.708	98
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.257	148

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	438	-1.029.998	0	-988.560	0	-988.560
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	438	-1.029.998	0	-988.560	0	-988.560
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.438	0	-37.438	0	-37.438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.438	0	-37.438	0	-37.438
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	438	-1.067.436	0	-1.025.998	0	-1.025.998

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	438	-945.184	0	-903.746	0	-903.746
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	438	-945.184	0	-903.746	0	-903.746
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.298	0	-30.298	0	-30.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.298	0	-30.298	0	-30.298
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	0	438	-975.482	0	-934.044	0	-934.044

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	124.915	3.821
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.991	2.825
7.01.02	Outras Receitas	121.924	996
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.816	-16.610
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-301
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63.816	-16.309
7.03	Valor Adicionado Bruto	61.099	-12.789
7.04	Retenções	-1.305	-911
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.305	-911
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	59.794	-13.700
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	552	2.553
7.06.02	Receitas Financeiras	552	2.553
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	60.346	-11.147
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	60.346	-11.147
7.08.01	Pessoal	1.808	1.764
7.08.01.01	Remuneração Direta	685	706
7.08.01.02	Benefícios	370	542
7.08.01.03	F.G.T.S.	258	57
7.08.01.04	Outros	495	459
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	92.141	401
7.08.02.01	Federais	92.130	0
7.08.02.03	Municipais	11	401
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.834	16.986
7.08.03.01	Juros	3.834	16.986
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-37.437	-30.298
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-37.437	-30.298

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em conformidade com a Legislação em vigor, e com as disposições estatutárias, submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e relatório de revisão sobre a revisão de informações trimestrais do auditor independente, referente ao período encerrado em 30 de junho de 2021.

Como é sabido, a receita principal da Companhia é auferida através da locação e administração de imóveis em seus 3 (três) parques industriais, na Zona Franca de Manaus. Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de fevereiro de 2018, foi alterado o objeto social, incluindo, locação e administração de imóveis industriais e comerciais, royalties entre outras atividades a fim de melhor refletir as operações atuais da Companhia.

Em 27 de abril de 2018, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial perante a Comarca de Manaus, Estado do Amazonas. Em 9 de maio de 2018, o juiz deferiu o processo de Recuperação Judicial, sendo publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2018.

O Plano de Recuperação Judicial, prevê a realização de medidas que objetivam o reperfilamento do endividamento da Companhia, a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida, a alienação de UPI e outros ativos expressamente indicados no Plano, a geração de capital de giro e de recursos necessários para a continuidade das atividades das Companhias, devidamente dimensionadas para a nova realidade.

O passivo tributário da Companhia, conforme demonstrado nas informações contábeis intermediárias, está em tratamento no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia, em suas diversas etapas, que criou importantes espaços para sua resolução.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 11 de dezembro de 2019, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, pela maioria de todas as classes de Credores, exceto na "Classe II", em que foi regulamente aprovado por valor, mas no critério "por cabeça", aprovado por metade dos votantes (50%), situação reconhecida pelo juízo e solucionada com base no princípio da preservação da Empresa, que resultou na ratificação e homologação do Plano de Recuperação judicial, que se encontra à disposição dos acionistas e do mercado em geral, no site da Companhia e no site da CVM.

Após a Homologação da Recuperação Judicial ter ocorrido houve manifestações de credores quanto a decisão, como embargos de declaração, agravos de instrumento e recursos especiais o que pode alterar alguns pontos aprovados, os reflexos da aprovação do Plano e o reperfilamento do endividamento das Companhias, só serão refletidos nos balanços do exercício, assim que todos os pontos já estiverem pacificados.

A Diretoria declara que o conjunto das informações contábeis intermediárias foram por nós preparadas, revisadas e discutidas..

Além disso a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com relatório de revisão de informações trimestrais do auditor independente. Agradecemos o contínuo apoio e confiança de nossos parceiros comerciais, de nossos funcionários e, principalmente, dos nossos acionistas.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A IGB Eletrônica S.A. – em Recuperação Judicial (“IGB” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto com sede na Avenida Açaí, 875, Bloco C, na cidade de Manaus – AM, atualmente com a operação principal de locação e administração de imóveis comerciais e industriais próprios, os quais os principais são seus 3 (três) parques industriais, na Zona Franca de Manaus.

Plano de Recuperação Judicial

Em 27 de abril de 2018, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial perante a Comarca de Manaus, Estado do Amazonas. Em 09 de maio de 2018, o juiz deferiu o processo de Recuperação Judicial, sendo publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2018.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 11 de dezembro de 2019, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, pela maioria de todas as classes de Credores, exceto na “Classe II”, em que foi regularmente aprovado por valor, mas no critério “por cabeça”, aprovado pela metade dos Credores votantes (50%), situação reconhecida pelo juízo e solucionada com base no princípio da “preservação da Empresa”, que resultou na ratificação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, que se encontra à disposição dos acionistas e do mercado em geral, no site da Companhia e no site da CVM (vide Nota Explicativa nº 18.1).

A Homologação da Recuperação Judicial ocorreu em 19 de dezembro de 2019 com sua publicação em 2020, e que posteriormente a essa publicação houve manifestações de credores quanto a decisão, o que pode alterar alguns pontos aprovados, os reflexos da aprovação do Plano e o reperfilamento do endividamento das Companhias, só serão refletidos, assim que todos os pontos já estiverem pacificados.

Capital circulante líquido negativo

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2021 apresentaram o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 410.636 e R\$ 416.545, respectivamente, decorrente de prejuízos recorrentes, o que levou a Administração ao processo de recuperação judicial. A Administração da Companhia acredita que com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelos Credores, trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro da Companhia e de suas Controladas. As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas no pressuposto à continuidade normal das suas atividades e de suas Controladas, não contemplando nenhum ajuste nos ativos e passivos que seriam aplicáveis caso a Companhia estivesse em situação de liquidação.

Notas Explicativas

Cisão parcial da Companhia

Em conformidade com o plano de recuperação judicial da Companhia, a IGB Eletrônica S.A. realizou a cisão parcial de seus ativos para a constituição de Unidade Produtiva Isolada ("UPI"), composto por créditos tributários de IPI (líquido de provisão para *impairment*) e outros créditos inadimplidos de terceiros detidos pela Companhia, para a constituição da RJS S.A., conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020 ("Cisão Parcial"). Para referido fim, a data-base utilizada para cisão 20 de outubro de 2020.

Demonstração da cisão parcial dos ativos referente à RJS S.A.:

Descrição	Valor
Ativo circulante	
Contas a receber	24.519
(-) PCLD	(24.519)
Aluguéis a receber	520
(-) PCLD	(520)
Ativo não circulante	
Impostos a recuperar	-
Total do ativo	-

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de mensuração, bases de elaboração, moeda funcional, moeda de apresentação e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 30 de junho de 2021 não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e nº 3 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 30 de junho de 2021 e publicadas no website www.cvm.gov.br. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 18 de novembro de 2021.

2.1. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

3. Entidades do grupo

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

Controladas	% de participação		Tipo de consolidação
	30/06/2021	31/12/2020	
Pólios Armazéns Gerais Ltda.	99,99%	99,99%	Integral
Empresa Brasileira de Tecnologia Digital (EBTD)	99,99%	99,99%	Integral
RJS S.A.	100,00%	100,00%	Integral

Pólios Armazéns Gerais Ltda.

Empresa controlada sem operações, controlada incorre em alguns custos legais que, atualmente, estão sendo arcados pela Companhia. Os montantes estão devidamente formalizados por meio de contratos de mútuo, sem prazo de vencimento, e são corrigidos pelo CDI.

Empresa Brasileira de Tecnologia Digital (EBTD)

A Empresa Brasileira de Tecnologia Digital ("EBTD") detinha, até 31 de dezembro de 2017, o arrendamento da marca "Gradiente", sendo que por meio desta empresa, o grupo pretendia retomar a comercialização de produtos de eletrônica e reinserindo a marca Gradiente no mercado. Em virtude da não alavancagem de suas operações, e como parte de um planejamento amplamente divulgado ao mercado, em 31 de dezembro de 2017 a IGB tornou-se controladora desta empresa mediante a incorporação de 99,99% de suas quotas, passando a ser a controladora final desta empresa, motivando assim sua inclusão nas demonstrações contábeis e informações contábeis intermediárias consolidadas.

RJS S.A.

A RJS S.A. é oriunda da Cisão Parcial da Companhia, resultando na constituição de uma nova Sociedade Por Ações realizada em conformidade com o processo de recuperação judicial relacionado ao desmembramento da alienação da "UPI Crédito IPI"; onde foi prevista a escrituração contábil e tributária de créditos do IPI em valores nominais, que foi objeto do Mandado de Segurança nº 000136-78.2001.4.02.3200, devidamente aprovado pela 12ª Vara Cível da Comarca de Manaus – AM.

4. Impactos causados pela Covid-19

A expansão da Covid-19 impactou severamente muitas economias mundiais. Em diversos países, as empresas estão sendo forçadas a interromper ou limitar as operações por períodos longos ou indefinidos. As medidas tomadas para conter a propagação do vírus, incluindo proibições de viagens, quarentenas, distanciamento social e fechamento de serviços não essenciais, provocaram interrupções significativas nas empresas em todo o mundo, resultando em uma desaceleração econômica. Os mercados de ações globais também experimentaram uma grande volatilidade e um enfraquecimento significativo. Os governos e os bancos centrais responderam com intervenções monetárias e fiscais para estabilizar as condições econômicas.

A Administração da Companhia mapeou as atividades que podem ser realizadas remotamente, e passou a adotar o *home office* para os profissionais cujas atividades possam ser realizadas de maneira remota. O objetivo é permitir o isolamento diante da crise da pandemia e reduzir a exposição dos funcionários, visando preservar a saúde e o bem-estar dos profissionais, familiares, prestadores de serviço e sociedade em geral.

Com os efeitos cada vez mais intensos da pandemia da Covid-19 no mundo e no Brasil, a Companhia e suas controladas comprometeram-se em manter todos os serviços neste período.

Notas Explicativas

Como consequência da Covid-19 e na preparação dessas informações contábeis intermediárias, a administração reavaliou se havia áreas adicionais de julgamento ou incerteza de estimativa, sendo:

- Atualizou suas perspectivas econômicas para análise de redução ao valor recuperável de classes de ativos financeiros e não financeiros e divulgações;
- Conduziu processos internos para garantir consistência na aplicação do impacto esperado da Covid-19 em todas as classes de ativos;
- Avaliou os valores contábeis de seus ativos e passivos e determinou o impacto sobre eles, impactados pela Covid-19; e
- Considerou o impacto da Covid-19 nas divulgações das informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas.

Até o presente momento, a Companhia não teve impactos em sua operação decorrentes da pandemia da Covid-19.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e saldo em bancos	5.256	11.707	5.257	11.707
Aplicações financeiras	-	1	-	1
Total	5.256	11.708	5.257	11.708

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

6. Contas a receber

a) Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Duplicatas a receber (*)	24.545	24.545	24.545	24.545
PECLD (*)	(24.545)	(24.545)	(24.545)	(24.545)
Aluguéis a receber	496	451	496	451
PECLD	(190)	(190)	(190)	(190)
Total	306	261	306	261

Os valores de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa foram registrados na rubrica "despesas com vendas" na demonstração de resultado. Os valores de provisão para perda são baixados quando não há expectativa de entrada de recursos por recuperação.

Notas Explicativas

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante				
IPI a recuperar	67	67	67	67
Total	67	67	67	67
Não circulante				
Precatório - IPI (a)	984	984	984	984
Precatório Finsocial (b)	1.401	1.401	1.401	1.401
Total	2.385	2.385	2.385	2.385

(a) Precatório – IPI

Saldo originado a partir de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, vem monitorando os valores recebidos (penhorados automaticamente) e busca alternativas jurídicas para recebimento dos valores.

(b) Precatório Finsocial (Telefunken)

Em janeiro de 2011, foi expedido o Precatório da Telefunken (ação que pleiteava a repetição de indébito da contribuição para o “Finsocial”). A Companhia obteve êxito nos seus pleitos, ganhando o direito de ressarcimento da referida contribuição. Todavia, o recebimento financeiro das parcelas deste ativo está bloqueado em virtude de um Auto de Penhora ocorrido nos autos deste precatório, por conta das Execuções Fiscais nos. 2008.32.00.005640-2 e 2008.32.00.002185-0. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, vem monitorando os valores recebidos (penhorados automaticamente) e busca alternativas jurídicas para recebimento dos valores.

8. Adiantamentos diversos

Os valores da rubrica contábil de “Adiantamentos diversos”, referem-se a adiantamentos efetuados a prestadores de serviços, na sua maioria assessores jurídicos, para o Plano de Recuperação Judicial, que são baixados para despesas no resultado do período na competência em que os serviços ocorrem.

9. Taxa Suframa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Taxa Suframa - Processo 001.32.00.011339-2 (a)				
1º Incontroverso	100.670	100.670	100.670	100.670
Incontroverso Matriz	35.423	35.423	35.423	35.423
Incontroverso Incorporadas	101.849	101.849	101.849	101.849
(-) Baixas	(200.670)	(200.670)	(200.670)	(200.670)
(-) Provisão para perdas	(37.272)	(37.272)	(37.272)	(37.272)
Total	-	-	-	-

A rubrica contábil “Taxa Suframa” está fundamentada no posicionamento de seus assessores jurídicos, cuja Administração da Companhia ingressou com duas ações de “repetição de indébito” contra a Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus (autarquia Federal) em decorrência do recolhimento indevido da “Taxa Suframa” no período compreendido entre 05 de junho de 1991 e 14 de dezembro de 1999.

Notas Explicativas

O detalhamento e os desfechos de cada um dos processos estão comentados a seguir:

a) Processo nº 2001.32.00.011339-2

Em 11 de junho de 2011, foi proferida decisão definitiva sobre o mérito da discussão judicial pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com “trânsito em julgado” a favor da Companhia. Contudo, estava pendente discussão quanto à forma de atualização deste ativo, e consequentemente, atribuição de seu correto valor de realização. Na medida em que as discussões jurídicas foram progredindo, foram expedidas decisões “com trânsito em julgado” determinando “valores incontroversos” a serem pagos para a Companhia, os quais descrevemos, detalhadamente a seguir:

1º Incontroverso

No 2º semestre de 2014, foi proferida decisão do Tribunal Regional Federal de São Paulo, da Primeira Região, indicando como valor “incontroverso” a ser pago por referida autarquia o montante de R\$ 75.465 (montante original do débito até novembro de 2012). Inclusive, os referidos valores foram reconhecidos pela própria Autarquia como devidos à Companhia.

Após decisão que definiu o valor incontroverso a ser pago, e com base em sentença proferida em 22 de setembro de 2015 pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Seção Judiciária do Estado do Amazonas, a Companhia procedeu à correção monetária deste montante, baseando-se nos critérios de atualização previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com aplicação do INPC de 06/1991 a 11/1991, do IPCA – Série Especial em 12/1991, da UFIR de 01/1992 a 01/1996 e exclusivamente da Selic a partir de 01/1996”.

No último trimestre de 2017, a Companhia tomou conhecimento do pagamento do precatório expedido. Todavia, diversas ações trabalhistas foram abatidas deste crédito, diretamente na fonte, motivo pelo qual o saldo remanescente deste ativo em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 86.609 (R\$ 83.072 em 31 de dezembro de 2018).

Tendo em vista que o valor total executado pela Companhia referente a este primeiro processo, representava o montante de R\$ 323.366 (valor original), a Companhia permaneceu discutindo a “parcela incontroversa” deste ativo, porém sem registrá-lo contabilmente, até que houvesse decisões finais quanto ao seu desfecho. Adiante, estão comentados os detalhes quanto ao “2º incontroverso” registrado pela Companhia.

Parcela controversa em discussão (não reconhecida contabilmente).

Com relação à “parcela controversa” deste ativo, em razão dos valores já reconhecidos (1º e 2º Incontroversos), atualmente a Companhia aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF 1 sobre a parte “Controversa” (objeto de recurso de apelação por parte da Suframa).

Conforme mencionado anteriormente, a parcela controversa corresponde apenas aos valores recolhidos pelas filiais da Companhia (extintas, à época). Dessa forma, a Companhia aguarda o julgamento do Recurso de Apelação da Suframa, com o consequente trânsito em julgado da sentença proferida em primeira instância no julgamento dos embargos de declaração para o fim de requerer a expedição de ofício requisitório no valor ainda a ser calculado pela contadoria e peritos contratados. Por não haver decisão definitiva sobre essa questão, a Companhia não realizou nenhum registro contábil desta “parcela controversa” em suas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Valores contábeis líquidos reconhecidos – detalhamento

No quadro a seguir, está demonstrado o valor contábil das baixas deste ativo, considerando as cessões e liquidações de débitos trabalhistas mencionadas anteriormente:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Taxa Suframa -				
Processo 2001.32.00.011339-2 (a)				
1º Incontroverso	100.670	100.670	100.670	100.670
Incontroverso matriz	35.423	35.423	35.423	35.423
Incontroverso incorporadas	101.849	101.849	101.849	101.849
(-) Baixas				
Fornecedores/credores	(59.734)	(59.734)	(59.734)	(59.734)
Bancos	(2.775)	(2.775)	(2.775)	(2.775)
Honorários de prestação de serviços	(24.100)	(24.100)	(24.100)	(24.100)
Processos trabalhistas	(14.061)	(14.061)	(14.061)	(14.061)
(-) Provisão para perda	(37.272)	(37.272)	(37.272)	(37.272)
(-) Baixa venda BTG	(100.000)	(100.000)	(100.000)	(100.000)
Total	-	-	-	-

Abatimentos realizados – acordos celebrados com credores

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia realizou, diversos acordos e cessões com credores, nas quais ofereceu, como forma de pagamento, os ativos oriundos a partir deste processo. Sendo assim, a Companhia reconhece contabilmente os valores dessas cessões, realizando a baixa contábil das cessões pactuadas junto às contas de fornecedores e credores a pagar, reclassificando tais parcelas como contas redutoras dos créditos Suframa a receber. Portanto, os saldos de repetições de indébito incontroversos a receber, estão sendo apresentados de forma líquida, considerando as cessões celebradas e demais compromissos já firmados.

Liquidação de processos trabalhistas

No decorrer dos anos a Companhia buscou liquidar o seu passivo trabalhista descoberto com este crédito. Assim, nos últimos exercícios, diversas reclamações trabalhistas foram garantidas mediante penhora no rosto dos autos do processo. Em 31 de dezembro de 2016, o Dr. Juiz do processo determinou que todas as penhoras trabalhistas registradas até aquela data, fossem devidamente quitadas considerando o caráter alimentar desses créditos, destacando na decisão que os créditos dessa natureza, estão revestidos pela preferência sobre os demais. Com isso, durante o último trimestre de 2017, quando tais débitos foram efetivamente depositados em contas vinculadas, foram realizadas a quitação de reclamações trabalhistas movidas contra a Companhia.

Honorários de prestadores de serviços

A Companhia reconhece como conta redutora os honorários contratuais e advocatícios em razão do êxito na demanda patrocinada contra a Suframa do crédito reconhecido pela Companhia.

Baixa Venda BTG

Em 15 de setembro de 2020, os direitos do UPI Suframão foram arrematados pelo valor de R\$ 100.000 pelo Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados *Alternative Assets III* – Fundo BTG, representado por sua administradora, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.

Provisão para perda

Conforme calculado pela administração baseado nos termos do leilão eletrônico existe a possibilidade de recebimento de valor adicional ao valor mínimo garantido e recebido na respectiva transação de R\$ 37.272 mil, contudo a administração efetua a provisão do saldo remanescente devida à incerteza da realização dos créditos e de suas correções.

Notas Explicativas

b) Processo nº 2001.32.00.000902-4

Em 21 de março de 2014, foi proferida decisão definitiva sobre o mérito da discussão judicial pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com “trânsito em julgado” a favor da Companhia, cujo valor original pleiteado à época, era R\$ 76.692 (de acordo com os cálculos de assessores jurídicos e peritos contábeis contratados pela Companhia).

Em 21 de agosto de 2014, foi distribuída a Ação de Execução, objetivando a execução da quantia de R\$ 77.842 (valor este atualizado até agosto de 2014). A referida ação de execução foi registrada sob o nº 0012706- 62.2014.4.01.3200.

A Suframa foi devidamente citada, oportunidade na qual opôs Embargos à Execução em 10 de agosto de 2014, os quais foram registrados sob o nº 0013926-95.2014.4.01.3200. Nos embargos à execução a Suframa reconheceu como devido o montante de R\$ 46.102 (valor à época).

Em resumo, os embargos à execução versam somente sobre a forma de correção do crédito da Companhia, tendo em vista que o cálculo apresentando pela Companhia tomou por base os índices de atualização de repetição de débitos tributários (conforme manual de cálculo do TRF1), ao passo que a Suframa utilizou os índices das ações condenatórias em geral. Em março de 2015, foi proferida sentença julgando Procedentes os Embargos à Execução opostos pela Suframa para o fim de reconhecer o crédito da IGB no valor de R\$ 46.102. Na referida sentença, determinou-se que o ofício requisitório de pagamento do referido montante, fosse expedido independentemente de interposição de recurso de apelação pelas partes, sendo que neste momento, a Companhia realizou o reconhecimento contábil deste ativo, considerando os mesmos preceitos técnicos comentados em relação ao 1º processo, comentado anteriormente.

Com a anuência das partes, foi expedido ofício requisitório no valor de R\$ 47.263, o qual a Companhia tomou conhecimento de sua expedição no último trimestre de 2017. Referido montante, atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2019, totaliza a importância de R\$ 53.112, o qual consta registrada em seu ativo não circulante.

Valores contábeis líquidos reconhecidos – detalhamento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Taxa Suframa -				
Processo 2001.32.00.000902-4 (b)				
1ª Incontroverso	53.112	53.112	53.112	53.112
(-) Baixas				
Fornecedores/credores	(3.255)	(3.255)	(3.255)	(3.255)
Bancos	(13.000)	(13.000)	(13.000)	(13.000)
Honorários de prestação de serviços	(13.977)	(13.977)	(13.977)	(13.977)
Pagamentos extraconcursais	(22.880)	(22.880)	(22.880)	(22.880)
Total	-	-	-	-

Abatimentos realizados – acordos celebrados com credores

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia realizou, diversos acordos e cessões com credores, nas quais ofereceu, como forma de pagamento, os ativos oriundos a partir deste processo. Sendo assim, a Companhia reconhece contabilmente os valores dessas cessões, realizando a baixa contábil das cessões pactuadas junto às contas de fornecedores e credores a pagar, reclassificando tais parcelas como contas redutoras dos créditos Suframa a receber. Portanto, os saldos de repetições de indébito incontroversos a receber, estão sendo apresentados de forma líquida, considerando as cessões celebradas e demais compromissos já firmados.

Notas Explicativas

Liquidação de processos trabalhistas

No decorrer dos anos a Companhia buscou liquidar o seu passivo trabalhista descoberto com este crédito. Assim, nos últimos exercícios, diversas reclamações trabalhistas foram garantidas mediante penhora no rosto dos autos do processo. Em 31 de dezembro de 2016, o Dr. Juiz do processo determinou que todas as penhoras trabalhistas registradas até aquela data, fossem devidamente quitadas considerando o caráter alimentar desses créditos, destacando na decisão que os créditos dessa natureza, estão revestidos pela preferência sobre os demais. Com isso, durante o último trimestre de 2017, quando tais débitos foram efetivamente depositados em contas vinculadas, foram realizadas a quitação de reclamações trabalhistas movidas contra a Companhia.

Honorários de prestadores de serviços

A Companhia reconhece como conta redutora os honorários contratuais e advocatícios em razão do êxito na demanda patrocinada contra a Suframa do crédito reconhecido pela Companhia.

Pagamentos prestadores de serviços e credores extraconcursais

Referem-se a pagamentos efetuados a prestadores de serviços, na sua maioria assessores jurídicos, para o Plano de Recuperação Judicial e Credores Extraconcursais.

Parcela controversa em discussão (não reconhecida contabilmente)

Com relação à “parcela controversa” deste ativo, contra a sentença parcialmente desfavorável à Companhia, foi interposto “Recurso de Apelação”, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF 1. Em resumo, a parcela “controversa”, correspondente ao valor que não foi reconhecido como devido pela Suframa. O valor exato do crédito só será calculado após a decisão, com base nos cálculos da contadoria e peritos contratados. Por não haver decisão definitiva sobre essa questão, a Companhia não realizou nenhum registro contábil desta “parcela controversa” em suas informações contábeis intermediárias.

10. Depósitos e cauções

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	4.716	4.647	4.716	4.677
Depósitos vinculados à Recuperação Judicial	30.202	7.504	30.232	7.504
Total	34.918	12.151	34.948	12.181

O aumento do saldo da rubrica depósito vinculados à recuperação judicial foi referente ao recebimento da venda da unidade RJS S.A. para o BTG Pactual S.A. em consonância ao plano de recuperação judicial conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.

11. Investimentos (provisão para perdas)

a) Composição dos saldos

Investimentos em participações	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Pólios Armazéns Gerais Ltda.	-	-	(3.959)	(3.945)
EBTD - Empresa Brasileira de Tecnologia Digital	-	-	(59.258)	(58.199)
RJS S.A.	-	-	-	-
Total dos investimentos	-	-	(63.217)	(62.144)

Notas Explicativas

b) Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Saldos em 30/06/2021
Pólios Armazéns Gerais Ltda.	(3.945)	(14)	(3.959)
Empresa Brasileira de Tecnologia Digital (EBTD)	(58.199)	(1.059)	(59.258)
RJS S.A.	-	-	-
Total	(62.144)	(1.073)	(63.217)

c) Informações das controladas e controladas em conjunto

	Pólios Armazéns Gerais Ltda.	Empresa Brasileira de Tecnologia Digital	RJS S.A.
Ativo circulante	1	99	-
Ativo não circulante	-	30.932	-
Total do ativo	1	31.031	-
Passivo circulante	907	5.103	-
Passivo não circulante	3.053	85.186	-
Patrimônio líquido	(3.959)	(59.258)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	1	31.031	-
Prejuízo do período	(14)	(1.059)	-

12. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Adiantamentos a terceiros	-	-	30.000	-
Total	-	-	30.000	-

Durante o mês de junho de 2021, a subsidiária Empresa Brasileira de Tecnologia Digital (EBTD) efetuou adiantamentos financeiros a terceiros (Companhia Calibri Investimentos e Participações S.A. – “Companhia Calibri”), no montante total de R\$30.000, para aquisição de debêntures a serem emitidas pela Companhia Calibri visando a realização de investimentos no setor de energia renovável.

Notas Explicativas

13. Imobilizado

	Taxa anual de deprec. - %	Controladora e consolidado			
		Junho de 2021			2020
		Custo	CPC01	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	25.608	-	-	25.608
Edifícios	4%	60.192	-	(36.266)	25.130
Máquinas e equipamentos (*)	4%	32.588	(6.814)	(25.740)	34
Móveis e utensílios	10%	5.375	-	(5.374)	1
Equipamentos de informática	24%	36.767	-	(36.750)	17
Aparelhos e instrumentos	12%	12.403	-	(12.403)	-
Ferramentas	13%	15.698	-	(15.698)	-
Instalações	10%	14.487	-	(14.487)	-
Total		203.118	(6.814)	(146.718)	49.586

Máquinas e equipamentos

(*) A Companhia constituiu, e mantém provisão para redução a valor recuperável no montante de R\$6.814 desde 2018, que corresponde ao valor residual de seus maquinários pertencentes à operação descontinuada de fabricação, comercialização e vendas de produtos eletrônicos, visto que os mesmos, atualmente, não representam fontes de geração de caixa para a Companhia e suas controladas.

Terrenos e edifícios

Durante o exercício de 2018, visando o pleno atendimento ao CPC-01, a Companhia contratou empresa especializada independente para avaliação de possíveis impactos quando a redução a valor recuperável em seus terrenos e edifícios. Com base no laudo emitido pela referida empresa especializada, não foram identificadas quaisquer necessidades de complemento da provisão para desvalorização.

Notas Explicativas

Mapa de movimentação (Controladora e consolidado)

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Moveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros ativos
Custo						
Saldo em 31/12/2020	25.608	60.192	32.588	5.375	36.767	42.588
"Impairment" - CPC 01	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2021	25.608	60.192	32.588	5.375	36.767	42.588
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2020	-	(35.062)	(32.554)	(5.374)	(36.749)	(42.588)
Adições	-	(1.204)	(1)	-	-	-
Saldo em 30/06/2021	-	(36.266)	(32.555)	(5.374)	(36.749)	(42.588)
Valor líquido						
Saldo em 31/12/2020	25.608	25.130	34	1	18	-
Saldo em 30/06/2021	25.608	23.926	33	1	18	-

Notas Explicativas**14. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Nacionais	4.488	7.005	6.238	8.775
Total	4.488	7.005	6.238	8.755

A rubrica Fornecedores, registrada em 30 de junho de 2021, se refere aos fornecedores correntes que atualmente concentram-se em prestações de serviços gerais e de assessoria jurídica, sendo classificados como passivo circulante devido ao vencimento em curto prazo (até 12 meses).

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Encargos sociais a recolher	3.221	2.676	5.413	4.834
Total	3.221	2.676	5.413	4.834

Os encargos sociais a recolher referem-se a verbas de INSS, FGTS, Contribuição Sindical e SESI-Senai a recolher, que se encontram em atraso, mas devidamente atualizadas de multa e juros (Selic)."

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
PIS e Cofins (*)	12.091	10.381	12.091	10.425
ICMS (*)	8.888	8.801	10.385	10.282
IRRF (*)	2.323	1.695	2.530	1.860
IPTU (*)	32.232	31.826	32.232	31.826
Taxa de alvará a pagar	8.332	8.227	8.344	8.227
ISS (*)	1.503	1.280	1.593	1.368
Demais débitos (**)	347.378	347.276	347.378	347.281
Total	412.747	409.486	414.554	411.269

(*) Referem-se a débitos fiscais não incluídos em programas de parcelamentos. Esses débitos estão em atraso, porém estão sendo corrigidos de acordo com os índices pertinentes a cada um deles; e

(**) Débitos com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e valores registrados como parcelamento Refis da Crise em 2019 não deferidos pela Receita Federal e que foram transferidos à rubrica de obrigações tributárias.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrava em seu passivo valores referentes ao parcelamento "Refis da Crise – Lei no 12.865/2013" e Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), nos montantes de R\$ 402.382 e R\$ 402.730 (controladora e consolidado, respectivamente). A Companhia não obteve, durante o exercício de 2020, o efetivo deferimento desses parcelamentos e, em 16 de dezembro de 2020, deu início à reestruturação de seus débitos fiscais, aderindo ao programa de parcelamento de transação excepcional dos débitos previdenciários e demais débitos junto à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional. Como resultado desse novo procedimento, a Companhia reclassificou, em 31 de dezembro de 2020, para a rubrica "Obrigações tributárias", parte dos saldos mencionados e manteve registrado na rubrica "Impostos parcelados", no passivo não circulante, os montantes de R\$ 100.232 e R\$ 107.799 (controladora e consolidado respectivamente), conforme Nota Explicativa nº 17.

Notas Explicativas

Em 2021, o governo federal emitiu um Programa de Parcelamento de Transação Excepcional dos Débitos Previdenciários e Demais Débitos, com benefícios superiores ao programa de 2020.

A Companhia optou pela desistência do programa anterior para optar pelo novo programa e, consequentemente, deixou de obter os benefícios fiscais de redução de multa e juros referente ao programa de 2020, o que gerou um aumento no saldo passivo não circulante em R\$ 90.554 (R\$ 90.223 no consolidado), conforme observado na Nota Explicativa nº 17.

17. Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Parcelamento transação excepcional demais débitos.	148.390	77.567	148.734	78.025
Parcelamento transação excepcional débitos previdenciários	41.488	21.757	48.379	28.865
Programa de Parcelamento (PPI)	85	102	172	110
Programa Especial de Parcelamento (PEP)	1.031	1.017	1.313	1.066
Total	190.994	100.443	198.598	108.066

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	202	211	202	267
Não circulante	190.792	100.232	198.396	107.799
Total	190.994	100.443	198.598	108.066

Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia deu início à reestruturação de seus débitos fiscais aderindo ao Programa de Parcelamento de Transação Excepcional dos Débitos Previdenciários e Demais Débitos, de acordo com os valores apresentados em comprovante de adesão a negociação emitido pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional.

Em 2021, o governo federal emitiu um Programa de Parcelamento de Transação Excepcional dos Débitos Previdenciários e Demais Débitos, com benefícios superiores ao programa de 2020.

A Companhia optou pela desistência do programa anterior para optar pelo novo programa com reflexo já no segundo trimestre de 2021, consequentemente deixou de obter os benefícios fiscais de redução de multa e juros referente ao programa de 2020 o que gerou o aumento de R\$ 91.841, contabilizado em contrapartida à linha de "outras receitas e despesas operacionais" (Nota Explicativa nº 25).

A Companhia informa que a Nova Lei de Falência e de Recuperação Judicial que foi aprovada no início de 2021 permite novos parcelamentos com melhores condições e prazo. Com isso a Companhia está buscando a quitação da totalidade de seus Débitos Fiscais.

Notas Explicativas

18. Credores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores	134.765	134.893	134.765	134.893
Bancos	351.279	354.942	351.279	354.942
Processos trabalhistas (i)	2.447	3.193	2.447	3.193
Atualização monetária - bancos e fornecedores (ii)	36.066	36.064	36.066	36.064
Total	524.557	529.092	524.557	529.092

- (i) O saldo de R\$2.447 refere-se a processos trabalhistas que estavam provisionados como contingências até 31 de março de 2018. Devido ao processo de revisão dos passivos da Companhia para inclusão no plano de recuperação judicial, a administração avaliou que determinados processos deveriam figurar como uma obrigação presente da Companhia, pois se tratava de processos encerrados. Desta forma este montante foi reclassificado para a rubrica de Credores em 30 de junho de 2018; e
- (ii) A Companhia continua atualizando monetariamente os saldos de Fornecedores e Bancos, porém com o advento da Recuperação Judicial, a Companhia, a partir do 2º trimestre de 2018, está segregando essa atualização em outra rubrica contábil.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, considerando a extinção do plano de Recuperação Extrajudicial, a Companhia passou a concentrar na rubrica “Credores” a totalidade dos débitos anteriormente inclusos no extinto plano, bem como, os débitos oriundos de prestadores de serviços (essencialmente assessores jurídicos) que não estavam inclusos naquele plano, mas possuíam seus prazos de vencimento indefinidos, em virtude de seus honorários estarem vinculados ao sucesso em ações diversas da Companhia.

Os débitos anteriormente inclusos no referido plano, permaneceram sendo corrigidos segundo os preceitos estabelecidos, ou atualizados de acordo com as negociações efetuadas ou a efetuar com cada um desses credores. No 1º trimestre de 2018, a Companhia revisou suas bases de passivos a pagar, e cálculos de correção monetária, e realizou ajustes, de forma prospectiva, visando adequar suas obrigações a pagar às condições mais próximas à realidade de negociações com credores.

18.1. Recuperação judicial

Em 27 de abril de 2018, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial perante a Comarca de Manaus, Estado do Amazonas.

Em 09 de maio de 2018, o juiz deferiu o processo de Recuperação Judicial, sendo publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2018. Fato posterior, foram apresentadas impugnações de credores quanto a comarca de competência para processamento da Recuperação Judicial; diante do teor das impugnações, o Juízo entendeu por declinar a competência da comarca do Estado do Amazonas para a Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Desta decisão, a recuperanda apresentou Agravo de instrumento, tendo sido concedida a Liminar. Insta esclarecer que o referido Agravo de Instrumento, aguarda julgamento pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, mas, não obstante ao resultado do julgamento, com a concessão da Liminar, o processo de Recuperação Judicial até a presente data, tem como foro de competência a Comarca de Manaus.

Em 12 de novembro de 2018, o Desembargador João de Jesus Abdala Simões, relator do processo, acompanhado pelos demais Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, deram provimento ao Agravo de Instrumento, para reformar a decisão agravada a fim de afastar a declinação de competência em favor do juízo da comarca de São Paulo, SP, mantendo a 11ª Vara Cível da Comarca de Manaus competente para processar a Recuperação Judicial da Companhia.

Notas Explicativas

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 11 de dezembro de 2019, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, pela maioria de todas as classes de Credores, exceto na "Classe II", em que foi regulamente aprovado por valor, mas no critério "por cabeça", aprovado por metade dos votantes (50%), situação reconhecida pelo juízo e solucionada com base no princípio da preservação da Empresa, que resultou na ratificação e homologação do Plano de Recuperação judicial, que se encontra à disposição dos acionistas e do mercado em geral, no site da Companhia e no site da CVM.

O Plano de Recuperação Judicial, prevê a realização de medidas que objetivam o reperfilamento do endividamento das Companhias, a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida, a alienação de UPI e outros ativos expressamente indicados no Plano, a geração de capital de giro e de recursos necessários para a continuidade das atividades das Companhias, devidamente dimensionadas para a nova realidade.

19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

Até 2019, a Companhia mantinha em seus registros provisões referentes a demandas judiciais tributárias e cíveis, não concretizadas, conforme as atualizações de seus assessores legais, que foram revertidas em 2020.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhistas	1.189	1.189	3.482	3.482
Tributárias	-	-	147	147
Cíveis	-	-	-	-
Total	1.189	1.189	3.629	3.629

Demandas trabalhistas

Trata-se de reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, pleiteando o pagamento, geralmente, das seguintes demandas: **(i)** verbas rescisórias não pagas; **(ii)** depósito de FGTS não realizados; **(iii)** horas extras; **(iv)** dano moral (falta de pagamento); **(v)** vínculo empregatício, dentre outros.

As ações/execuções em andamento, com expectativa de perda "provável", totalizam o valor de R\$ 1.189 mil (R\$1.189 mil em 2020) na controladora e R\$3.629 mil (R\$3.629 mil em 2020) no consolidado, as quais encontram-se integralmente provisionadas nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021. Referidas ações/execuções em andamento, em sua maioria tramitam nas cidades de São Paulo e Manaus.

Em decorrência do desdobramento da recuperação judicial da Companhia e reavaliação de todas as obrigações já incluídas no rol de credores do Plano de Recuperação Judicial da IGB Eletrônica S.A. conforme processo em juízo, a Administração realizou uma avaliação detalhada da provisão para demandas judiciais, por se tratar de contingências que não serão concretizadas e registrou na controladora a reversão de provisões para demandas judiciais tributárias e cíveis no montante de R\$105.306 no exercício de 2020 (R\$ 117.955 no consolidado).

Notas Explicativas**20. Transações com partes relacionadas**

	Controladora			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Empresa Brasileira Tecnologia Digital (a)	77.172	-	46.125	-
Pólios Armazéns Gerais Ltda. (b)	246	-	244	-
NPG Adm. e Participações	-	-	-	-
Total	77.418	-	46.369	-

	Consolidado			
	30/06/2021		31/12/2020	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Empresa Brasileira Tecnologia Digital (a)	-	-	-	-
Pólios Armazéns Gerais Ltda. (b)	-	-	-	-
NPG Adm. e Participações	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

(a) Empresa Brasileira de Tecnologia Digital

Débito formado essencialmente por mútuos financeiros, formalizado por contrato de mútuo, sem prazo de vencimento e com correção pelo CDI. Com a transformação da EBTD em subsidiária da Companhia, referido ativo foi eliminado para fins de consolidação. Em de junho de 2021, a EBTD recebeu o montante de R\$30.000 da controladora, para aquisição de debêntures a serem emitidas pela Companhia Calibri conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12.

(b) Pólios Armazéns Gerais

Mesmo não tendo operações, essa controlada incorre em alguns custos legais que, atualmente, estão sendo arcados pela Companhia. Os montantes estão devidamente formalizados por meio de contratos de mútuo, sem prazo de vencimento, e são corrigidos pelo CDI. Estes saldos são eliminados para fins de consolidação das demonstrações contábeis.

21. Direito de uso e passivo de arrendamento

Em 1º de janeiro de 2021, a Companhia adentrou à contabilização de contrato de arrendamento de imóvel da sede administrativa, com prazo contratual de 5 anos. A taxa incremental nominal de 15,93% a.a. foi obtida por meio da média das taxas de empréstimos obtida junto a instituições financeiras cujo a Companhia tem relacionamento.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo				
Direito de uso	-	-	901	-
Passivo				
Passivo de arrendamento	-	-	151	-
Circulante	-	-	778	-
Não circulante	-	-	929	-

Notas Explicativas

A movimentação do saldo passivo do direito de uso está abaixo demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
(+) Adição	1.000
(-) Baixas	-
(-) Amortização	(99)
Saldo em 30 de junho de 2021	901

A movimentação do saldo passivo de arrendamento está abaixo demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
(+) Novos contratos	1.000
(+) Juros sobre arrendamento	72
(-) Pagamentos	(143)
(-) Baixas	-
Saldo em 30 de junho de 2021	929

A composição dos arrendamentos de longo prazo por ano de vencimento está abaixo demonstrada:

2022	187
2023	211
2024	244
2025	136
Saldo	778

22. Patrimônio líquido (capital a descoberto)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração é de R\$ 41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, por meio de 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações ordinárias.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios, na forma do artigo 202 da Lei das S.A.

Em 30 de janeiro de 2007, foi aprovada pelo Conselho de Administração a política de dividendos da IGB Eletrônica S.A., onde fica estabelecido o objetivo de se pagar um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado com base em suas informações semestrais ou anuais.

23. Receita operacional líquida

	Semestre			
	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 - 30/06/2021	01/01/2020 - 30/06/2020	01/01/2021 - 30/06/2021	01/01/2020 - 30/06/2020
Receita com locação de imóveis	3.147	3.112	3.147	3.113
(-) Deduções com impostos	(289)	(589)	(289)	(589)
Receita líquida	2.858	2.523	2.858	2.524

Notas Explicativas

	Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	01/04/2021 - 30/06/2021	01/04/2020 - 30/06/2020	01/04/2021 - 30/06/2021	01/04/2020 - 30/06/2020
Receita com locação de imóveis	1.693	1.366	1.693	1.366
(-) Deduções com impostos	(156)	(276)	(156)	(276)
Receita líquida	1.537	1.090	1.537	1.090

Receita bruta refere-se substancialmente a aluguéis auferidos pela IGB Eletrônica S.A. – em Recuperação Judicial.

24. Despesas administrativas e gerais

	Semestre			
	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 - 30/06/2021	01/01/2020 - 30/06/2020	01/01/2021 - 30/06/2021	01/01/2020 - 30/06/2020
Gastos com pessoal	(1.488)	(1.358)	(1.809)	(1.764)
Impostos e taxas	-	(401)	-	(401)
Depreciação	(1.205)	(904)	(1.305)	(911)
Assessoria jurídica e legal (*)	(60.630)	-	(60.647)	-
Outras despesas administrativas e gerais	(2.928)	(15.948)	(3.037)	(16.309)
Total	(66.251)	(18.611)	(66.798)	(19.385)

	Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	01/04/2021 - 30/06/2021	01/04/2020 - 30/06/2020	01/04/2021 - 30/06/2021	01/04/2020 - 30/06/2020
Gastos com pessoal	(454)	(1.240)	(621)	(1.703)
Impostos e taxas	-	(401)	-	(401)
Depreciação	(603)	(452)	(653)	(452)
Assessoria jurídica e legal	(8.175)	-	(8.180)	-
Outras despesas administrativas e gerais	(1.627)	(13.206)	(1.690)	(13.206)
Total	(10.859)	(15.299)	(11.144)	(15.762)

Em 2020 e no primeiro trimestre de 2021, a Companhia teve um aumento nos gastos referente a serviços profissionais e assessoria jurídica, relacionadas diretamente ao auxílio para implementação da recuperação judicial e assessoria para a recuperação de créditos tributários e impostos.

(*) O saldo de R\$60.630 na controladora, (R\$60.647 consolidado) é referente a despesas com advogados no montante de R\$35.383 na controladora (R\$35.400 consolidado) e prestadores de serviço em assessoria empresarial relacionadas a recuperação judicial no montante de R\$25.247 (controladora e consolidado), sendo a principal despesa relacionada ao processo de venda da unidade RJS S.A. para o BTG Pactual S.A. no montante de R \$39.160.

Notas Explicativas**25. Outras receitas e despesas**

	Semestre			
	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 - 30/06/2021	01/01/2020 - 30/06/2020	01/01/2021 - 30/06/2021	01/01/2020 - 30/06/2020
Outras receitas (*)	121.925	983	121.925	996
Outras despesas (**)	(92.140)	-	(92.140)	-
Total	29.785	983	29.785	996

	Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	01/04/2021 - 30/06/2021	01/04/2020 - 30/06/2020	01/04/2021 - 30/06/2021	01/04/2020 - 30/06/2020
Outras receitas	1.815	906	1.815	913
Outras despesas	(299)	-	(299)	-
Total	1.516	906	1.516	913

(*) Em 09 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu o processo de venda da unidade RJS S.A. (Nota Explicativa nº 03) para o BTG Pactual S.A. no montante de R\$ 120.000 em consonância ao plano de recuperação judicial. O valor recebido pela Companhia equivale ao montante mínimo estipulado no leilão para alienação judicial de unidades produtivas isoladas devidamente divulgada pelo órgão competente. Do montante, R\$ 80.840 foram depositados em conta de Depósitos vinculados à Recuperação Judicial (Nota Explicativa nº 10). O montante de R\$ 39.160 foi pago aos advogados como honorários de sucesso e impactaram a linha de "despesas gerais e administrativas" (Nota Explicativa nº 24, item *); e

(**) Refere-se substancialmente à reversão do benefício do Programa de Parcelamento de Transação Excepcional dos Débitos Previdenciários e Demais Débitos dado a opção da Companhia pela desistência do programa para pleitear um novo programa com maior benefício econômico conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.

26. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Semestre			
	Controladora		Consolidado	
	01/01/2021 - 30/06/2021	01/01/2020 - 30/06/2020	01/01/2021 - 30/06/2021	01/01/2020 - 30/06/2020
Receitas financeiras				
Variações monetárias ativas (a)	552	2.553	552	2.553
Total	552	2.553	552	2.553
Despesas financeiras				
Variações monetárias passivas (b)	(3.309)	(15.382)	(3.834)	(16.986)
Total	(3.309)	(15.382)	(3.834)	(16.986)
Resultado financeiro	(2.757)	(12.829)	(3.282)	(14.433)

Notas Explicativas

	Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	01/04/2021 - 30/06/2021	01/04/2020 - 30/06/2020	01/04/2021 - 30/06/2021	01/04/2020 - 30/06/2020
Receitas financeiras				
Variações monetárias ativas (a)	110	1.072	110	1.072
Total	110	1.072	110	1.072
Despesas financeiras				
Variações monetárias passivas (b)	(1.165)	(7.624)	(1.254)	(8.841)
Total	(1.165)	(7.624)	(1.254)	(8.841)
Resultado financeiro	(1.055)	(6.552)	(1.144)	(7.769)

- (a) Valores referentes à atualização monetária dos Precatórios do IPI, Finsocial e Taxa Suframa; e
- (b) Valores referentes à atualização de credores e de outros fornecedores, além dos juros e encargos dos parcelamentos do Refis, e dos impostos a recolher. A redução dos valores atualizados se deu devido à queda brusca da taxa Selic.

27. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Os riscos de crédito em contas a receber são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5) contas a receber (Nota Explicativa nº 6), cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis.

Risco de crédito

O risco de mercado está ligado ao impacto adverso sobre o valor dos ativos e passivos, causado por oscilações de fatores, como taxa de juros ou taxas de câmbio. No caso da Companhia, este risco está associado ao mercado imobiliário em Manaus que nos últimos anos andou muito aquecido. Isso gerou investimentos por parte dos concorrentes, que construiriam e disponibilizam imóveis no mercado. O excesso de oferta poderá reduzir as receitas de locação.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6) e contas a receber (Nota Explicativa nº 7), cujos valores de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis.

Notas Explicativas

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco de taxas de câmbio

Não há instrumentos financeiros de proteção vinculados com operações de compras de insumos, sendo as variações das taxas de câmbio suportadas pela Companhia e suas controladas.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

28. Análise de sensibilidade

A Companhia está em processo de recuperação judicial, sendo o principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em aberto não estão atrelados ao risco de mercado ou decisão da Administração em decisões de movimentações financeiras e sim pela majoração do plano judicial aprovado pela decisão judicial. Portanto, a Administração concluiu que divulgações adicionais relacionadas a sensibilidades dos instrumentos financeiros da Companhia não são necessárias.

29. Informação por segmento

A Administração da Companhia, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis intermediárias. As informações contábeis intermediárias são regularmente revistas pela Administração da Companhia para tomada de decisões sobre eventuais alocações de recursos. Portanto, a Administração concluiu que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

30. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado é realizada pelos locatários dos imóveis a favor da Companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

31. Eventos subsequentes

Em 30 de julho de 2021, a subsidiária Empresa Brasileira de Tecnologia Digital (EBTD) adquiriu debêntures emitidas pela companhia Calibri Investimentos e Participações S.A., 30 mil debêntures com valor nominal unitário de R\$1 (um mil reais), no montante de R\$30.000, remuneradas a 120% (cento e vinte por cento) da variação do CDI, conforme mencionado na NE12. As respectivas debêntures terão vencimento em 31 de julho de 2024.

Conforme divulgado em fato relevante, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de outubro de 2021 foram deliberadas e aprovadas o agrupamento e seguido desdobramento das ações da Companhia, na proporção de 1.000 (um mil) ações para 1 (uma) nova ação e simultâneo desdobramento das ações à razão de 1 (uma) ação para 100 (cem) novas ações, resultando em um total de 1.250.496 (um milhão, duzentas e cinquenta mil, quatrocentas e noventa e seis) ações ordinárias. A efetivação da operação se dará no primeiro dia útil subsequente ao término do período de ajuste, ou seja, em 22 de novembro de 2021. A respectiva operação não implicou na alteração do valor capital social, tampouco o direito concedido aos titulares da ação da Companhia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Não há.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Não há.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
IGB Eletrônica S.A. – em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da IGB Eletrônica S.A. – em recuperação judicial (Companhia) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Registro dos efeitos do plano de recuperação judicial e continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 27 de abril de 2018 a Companhia protocolou novo pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, o qual foi deferido em 09 de maio de 2018. Em 11 de dezembro de 2019 o novo plano de recuperação judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Após a Homologação da Recuperação Judicial ter ocorrido, houve manifestações de credores quanto à decisão, como embargos de declaração, agravos de instrumento e recursos especiais, o que pode alterar alguns critérios e premissas que foram anteriormente aprovados. Desta forma, a Administração da Companhia decidiu não efetuar o registro dos efeitos do novo plano de recuperação judicial nas presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentadas, que serão registrados assim que os citados assuntos estiverem pacificados.

Nesse contexto, não nos foi possível concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, seria apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e patrimônio líquido (passivo a descoberto) oriundos dos efeitos do novo plano de recuperação judicial homologado em 11 de dezembro de 2019.

Saldos com partes relacionadas – expectativa de realização

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, em 30 de junho de 2021, a Controladora possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$ 77.418 mil referente a mútuos financeiros com suas controladas. Não nos foi possível determinar se haveria necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas sobre esses saldos, uma vez que a realização dependerá do sucesso no processo de recuperação judicial das controladas, bem como de negociações e decisões futuras da a serem tomadas pela administração da Companhia para que seja determinada a efetiva valorização e expectativa de liquidação.

Obrigações tributárias e impostos parcelados

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrava em seu passivo valores referentes ao parcelamento “Refis da Crise – Lei no 12.865/2013” e Programa especial de regularização tributária (“PERT”), nos montantes de R\$ 402.382 mil e R\$ 402.730 mil (controladora e consolidado, respectivamente). Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 16 e 17, a Companhia não obteve, durante o exercício de 2020, o efetivo deferimento desses parcelamentos e, em 16 de dezembro de 2020, deu início à reestruturação de seus débitos fiscais, aderindo ao programa de parcelamento de transação excepcional dos débitos previdenciários e demais débitos junto à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional. Como resultado desse novo procedimento, a Companhia reclassificou, em 31 de dezembro de 2020, para a rubrica “Obrigações tributárias” (nota explicativa nº 16), parte dos saldos mencionados e manteve registrado na rubrica “Impostos parcelados”, no passivo não circulante, os montantes de R\$ 100.232 mil e R\$ 107.799 mil (controladora e consolidado respectivamente). Em 2021, o governo federal emitiu um Programa de Parcelamento de Transação Excepcional dos Débitos Previdenciários e Demais Débitos, com benefícios superiores ao programa de 2020. A Companhia optou pela desistência do programa anterior para optar pelo novo programa e, conseqüentemente, deixou de obter os benefícios fiscais de redução de multa e juros referente ao programa de 2020, o que gerou um aumento no saldo passivo não circulante na rubrica de impostos parcelados em R\$ 90.560 mil na controladora (R\$ 90.597mil no consolidado). Em decorrência dos indeferimentos ocorridos em relação aos planos de parcelamento, bem como pelo fato de a Companhia ter solicitado novos pedidos de parcelamento, não foi possível concluirmos quanto à suficiência e integridade dos saldos passivos relacionados a impostos parcelados e obrigações tributárias como um todo. A atualização dos saldos passivos mencionados anteriormente dependerá do andamento e discussões do tema junto aos órgãos competentes.

Reversão de contingências tributárias e cíveis no exercício de 2020

Até a conclusão de nossos trabalhos de revisão referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, as respostas às cartas de circularização enviadas aos assessores jurídicos durante o processo de auditoria de 31 de dezembro de 2020 não haviam sido ainda por nós recebidas em sua totalidade. Diante disto, não foi possível efetuar procedimentos alternativos de revisão que nos possibilitassem concluir quanto à adequação dos valores registrados nas rubricas de provisão para contingências, registrada no passivo não circulante, e depósitos e cauções, registrada no ativo não circulante, bem como quanto à outras informações relevantes que deveriam, eventualmente, serem divulgadas pela Companhia sobre os saldos do trimestre findo em 30 de junho de 2021, ou os eventuais impactos sobre os saldos iniciais dos valores correspondentes. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, durante o exercício de 2020, em decorrência do desdobramento da recuperação judicial da Companhia e reavaliação de todas as obrigações já incluídas no rol de credores do Plano de Recuperação Judicial da IGB Eletrônica S.A., a Administração da Companhia revisou a provisão para contingências e registrou, nas demonstrações contábeis de 2020, reversão do montante de R\$105.306 mil na controladora (R\$117.955 mil no consolidado). Não nos foi possível obter evidências de que essa reversão ocorreu por conta de mudanças de prognósticos de perdas, por erro de exercícios anteriores ou se deveria, de fato, ter sido reconhecida.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado individual e consolidada (“DVA”), referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível também obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre esta demonstração em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre as demonstrações do valor adicionado.

Revisão dos valores correspondentes aos períodos anteriores

Os valores correspondentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram revisados por outro auditor independente, que concluiu pela abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com relatório emitido em 25 de setembro de 2020. As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores de balanço patrimonial e algumas informações contidas em nota explicativa que estão sendo apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e emitimos relatório com abstenção de opinião em 30 de junho de 2021, com os mesmos assuntos citados no parágrafo “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”.

São Paulo, 18 de novembro de 2021

Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

NÃO HÁ.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

NÃO HÁ.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

NÃO HÁ.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

NÃO HÁ.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

NÃO HÁ.